

REPRESENTATIVIDADE PRETA E INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Clara Barbosa Sardinha 1

Júlia da Silva Caldas 2

Teresa Claudina de Oliveira Cunha 3

RESUMO

Ao assumir a formação integral do sujeito como missão das instituições de ensino, espera-se que a escola compreenda que a construção da identidade pessoal caracteriza-se como um movimento iniciado desde a idade pré-escolar na vida dos alunos, fazendo-se importante refletir questões como a autoimagem, representatividade e etnia. Para tanto, o presente estudo buscou refletir a construção da identidade dos alunos de Educação Infantil sob a ótica do multiculturalismo e da valorização das culturas preta e indígena através de currículos e práticas divergentes da visão eurocêntrica de ensino ao elucidar a história da formação do povo brasileiro pelo viés de um tripé indígena, europeu e africano. A população da pesquisa envolveu 30 professores que atuam nas redes pública e privada de ensino do município de Campos dos Goytacazes, RJ. O estudo assumiu a vertente qualitativa como abordagem do problema. Quanto aos instrumentos de coleta de dados utilizou-se um questionário online. Ao final da pesquisa foi possível analisar que o reconhecimento sobre a importância do diálogo multicultural no ambiente escolar, se faz presente no grupo de profissionais que participaram da pesquisa apesar de faltarem recursos e devida capacitação profissional para a efetivação dessa prática, sendo estes os principais obstáculos para que socialização dos saberes multiculturais não chegue ao chão da sala de aula, assim a aplicação dos princípios legais e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena torna – se cada vez mais distante da realidade educacional.

Palavras-chave: Identidade, Multiculturalismo, Cultura.

INTRODUÇÃO

Partindo da premissa de que historicamente o Brasil teve sua formação respaldada sob o pilar das culturas: Indígenas, portuguesa e africanas, a abordagem multicultural deve se fazer presente nas instituições sociais, sendo a escola a mais importante delas, uma vez que, assume o compromisso com a formação e educação do sujeito preparando cidadãos conscientes e críticos. Todavia, através das posturas racistas inculcadas em nossa sociedade desde o próprio período de colonização, os traços da cultura branca foram não somente disseminados, como também, impostos.

A partir dos processos históricos de escravização e opressão de povos pretos e indígenas oriundos de práticas colonialistas em cenário brasileiro, pode-se analisar movimentos de desaculturação desde a primeira forma de educação sistematizada instituída pelos padres jesuítas em 1549. Sendo assim, é válido percorrer um caminho de reflexão cronológica acerca da legislação educacional, no tocante às esferas de cultura afro-brasileira e indígena, e seus impactos na educação.

Na discussão sobre as relações étnico-raciais é imprescindível ressaltar os conceitos de monoculturalismo, multiculturalismo e interculturalismo para dar lugar ainda às questões de racismo, preconceito e discriminação que são diariamente socializadas e debatidas sem que haja, muita das vezes, a visão assertiva do que cada um dos termos representa e suas manifestações no cotidiano de vida escolar. Assim como destaca Djamila Ribeiro (2019) precisamos aprender a nomear e reconhecer todos os tipos de opressões pois não conseguimos combater o que não possui nome.

Tendo a formação integral do sujeito como uma missão, a escola deve compreender que a construção da identidade pessoal caracteriza-se como um movimento iniciado desde a idade pré-escolar, fazendo-se importante refletir questões como a autoimagem, representatividade e etnia. As instituições escolares intrinsecamente, vem contribuindo para um processo traduzido por Sueli Carneiro como epistemicídio, ao valorizar as culturas europeias registradas nos livros escolares, negar os conhecimentos pertencentes aos povos preto, inferiorização da autoestima provocados no cotidiano escolar e ocultamento da cultura africana na construção do Brasil, dando início de acordo com Abdias do Nascimento (2016) ao genocídio no negro, ou seja, a aniquilação moral, epistemológica e moral de um povo, podendo ser estendida à condição dos indígenas no Brasil.

Nesse sentido, o presente estudo objetivou levantar questões sobre a representatividade preta e indígenas nas escolas de Educação Infantil sob à luz dos teóricos sócio-interacionistas Piaget e Wallon que reforçam a primeira infância como fase importante para a interiorização de representações, ícones e símbolos.

Uma educação respaldada em práticas multiculturais, segundo a Secretaria de Educação Básica Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil (2006, p. 13), justifica-se pelo fato da criança ser um sujeito social e histórico, sendo marcada e contribuindo com o meio social em que está inserida. Sendo assim, a pesquisa assumiu como objetivo geral, analisar as práticas realizadas no segmento de Educação Infantil, tendo em vista a construção da identidade dos alunos sob uma perspectiva multicultural e antirracista.

Partindo das contribuições de Almeida e Sanchez, e do estudo de documentos legais como as leis nº 10.639 e nº. 11.645/2008, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular, a pesquisa reúne acervos teóricos e legislativos que apontam para a necessidade de não somente dispor de um currículo sob viés multicultural, mas também, transformar a prática da sala de aula

O levantamento teórico dos processos históricos da formação do povo brasileiro e sua relação com a visão eurocêntrica difundida no currículo escolar, no sentido de reafirmar a

valorização da cultura preta e indígena aparece como um dos objetivos específicos do estudo, como também, indicar o compromisso do segmento de Educação Infantil com a construção da identidade dos alunos sob uma perspectiva étnico-racial e identificar estratégias pedagógicas desenvolvidas pela escola enquanto um instrumento de representatividade.

METODOLOGIA

Esse estudo, de natureza aplicada, tem como população da pesquisa 30 professores pertencentes a rede pública e privada de ensino do município de Campos dos Goytacazes, RJ.

Quanto a abordagem do problema de pesquisa, respalda-se na vertente qualitativa. No que se refere aos objetivos da investigação, possuiu um caráter exploratório, aos procedimentos técnicos, tem-se como elementos fundantes a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa de campo, utilizou -se o espaço para a coleta de dados empírica o universo dos professores participantes, uma vez que “nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenções e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos, que são mais descritivos, até estudos mais analíticos” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Quantos aos instrumentos para a coleta de dados usou-se a aplicação de um questionário online (<https://pt.surveymonkey.com/r/PR3ZCB2>). O uso do questionário se justifica na medida em que se buscará a opinião do outro, sobre a temática em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população da pesquisa compreendeu 30 profissionais da educação, dentre eles, 57% (N=17) atuam exclusivamente na privada, 23% (N=7) atuam apenas na rede pública e 20% (n=6) atuam nas duas esferas, entre professores e orientadores pedagógicos.

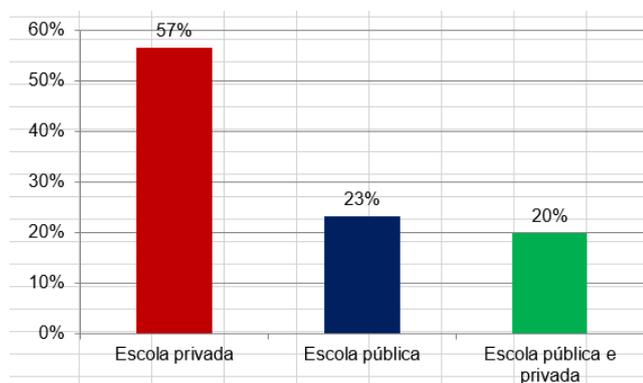


Figura 1: Perfil dos profissionais da educação
Fonte: Pesquisa de campo

A Figura 2 mostra que 57% (N=17) dos entrevistados conhecem parcialmente as políticas e leis educacionais de combate ao racismo e promoção a igualdade, ao mesmo passo que 37% (N=11) afirmam ter conhecimento, enquanto 7% (N=2) não conhecem.



Figura 2: Compreensão sobre as políticas e leis educacionais que promovem o combate ao racismo e promoção a igualdade?

Fonte: Pesquisa de campo

Questionado se consideram que na etapa da Educação Infantil, a construção da identidade e das relações de pertencimento do aluno apoiam-se nas representações iconográficas (imagens, figuras), na literatura, músicas, brincadeiras e na própria prática do profissional, a pesquisa revela que para 97% (N=29) dos profissionais participantes as representações iconográficas representam pilares para a construção da identidade durante a etapa da Educação Infantil. O que confirma a necessidade exposta pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica - DCN's, (BRASIL, 2013, p.115), nos versos:

A perspectiva multicultural no currículo leva, ainda, ao reconhecimento da riqueza das produções culturais e à valorização das realizações de indivíduos e grupos sociais e possibilita a construção de uma autoimagem positiva a muitos alunos que vêm se defrontando constantemente com as condições de fracasso escolar, agravadas pela discriminação manifesta ou escamoteada no interior da escola.

Dando continuidade ao estudo, a pesquisa apresentou a seguinte afirmativa de Natália Delamarte França: “O racismo no Brasil está na música, no nosso vocabulário, nas piadas, nos nossos livros, na televisão, nos filmes e até nos nossos livros didáticos”, questionando aos participantes a sua compreensão. Os fragmentos de falas a seguir representam o pensamento dos entrevistados:

“O racismo está enraizado em nossa sociedade, sobretudo, velado em nossas atitudes cotidianas que vão sendo arrastadas ao longo da vida”.

“Vivemos em um país com racismo estrutural, o preconceito está enraizado nas falas, posturas, gírias e expressões vocabulares”.

“Racismo hoje é uma prática que infelizmente está cada vez mais presente na sociedade, necessitando que o seu combate seja feito diariamente”.

A pesquisa buscou identificar ainda quais os mecanismos utilizados pela escola no sentido de promover uma educação antirracista. Os depoimentos a seguir apontam para:

“Livros paradidáticos falando sobre culturas afro-brasileiros e indígenas.”

“Ensino da cultura africana e afro-brasileira, não só em datas comemorativas”

“Utilizar imagens, filmes e desenhos que tenham personagens negros”

Compreende-se, portanto, que escola pode adotar diversas estratégias que possam intervir contra o racismo no ambiente escolar.

A partir das respostas expressas é possível perceber o contraste entre a realidade vivenciada pelo universo da pesquisa e a proposta trazida em pelas DCN's (BRASIL, 2013, p. 114) no trecho:

A História e a Cultura Afro-Brasileira, bem como a dos povos indígenas, presentes obrigatoriamente nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar, em especial na Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, contribuirão para assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação. Sua inclusão possibilita ampliar o leque de referências culturais de toda a população escolar e contribui para a mudança das suas concepções de mundo, transformando os conhecimentos comuns veiculados pelo currículo e contribuindo para a construção de identidades mais plurais e solidárias.

Ao serem questionados sobre como os livros infantis e as políticas públicas de ensino voltadas à cultura afro-brasileira podem contribuir para a valorização cultural e formação das crianças, o grupo de profissionais expressou sua opinião através de respostas como:

“As políticas e as práticas literárias são importantes porque durante a etapa da educação infantil o sujeito está construindo sua visão de mundo, criando valores e princípios. Logo, ter contato com as diferentes culturas de maneira adequada pode ajudar a criar uma sociedade antirracista”.

“Ainda sinto falta de projetos que dê fato trabalhem essas questões”.

“Podem contribuir com o aluno negro e com cabelo crespo se identificando com as imagens vistas no livro em que se faz a sua leitura de imagem. Além disso, para os alunos de outra realidade visualizarem também estas pessoas, como parte do nosso espaço”.

“Quando os livros trazem uma visão positiva, as crianças aprendem a valorizar e a respeitar a cultura afro-brasileira. As políticas públicas podem assegurar que esses livros cheguem as escolas públicas”.

Nos casos em que a adesão de obras literárias voltadas para a valorização das culturas afrobrasileira e indígena faz-se presente, 50% (N=6) dos entrevistados relataram a obra “Menina Bonita do laço de fita” (Figura 4), publicada em 1986 pela autora Ana Maria Machado, como principal narrativa para uma abordagem multicultural. Os respondentes indicaram ainda as obras como “Noite e dia na aldeia” (Figura 5) e “O indiozinho Cratscá” (Figura 6).



Figura 4: Menina Bonita do laço de fita (1986)

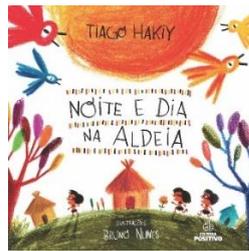


Figura 5: “Noite e dia na aldeia” (2014)

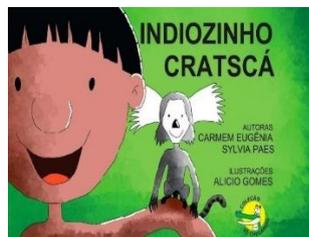


Figura 6: “O indiozinho Cratscá” (2014)

“Uma linda menina negra desperta a admiração de um coelho branco, que deseja ter uma filha tão pretinha quanto ela. Cada vez que ele lhe pergunta qual o segredo de sua cor, ela inventa uma história. O coelho segue todos os “conselhos” da menina, mas continua branco”.

“O autor deste livro faz parte do povo indígena Sateré-Mawé, que vive entre os estados do Amazonas e do Pará, na reserva indígena Andirá-Maraw. A obra narra poeticamente a integração das crianças e dos bichos com elementos da noite e do dia”.

“Seu nome vem do barulho de um galho quebrado. Quando ele começou a andar, um mico leão dourado subiu em um galho para ver o acontecimento, mas o galho se partiu em um barulho cratscá e macaquinho caiu sobre sua cabeça. Desde então o mico e Cratscá não se separaram. Brincavam próximo a mata de restinga sombreada pelas altas e solenes aroeiras. As aroeiras costumavam ficar bravas e cuspir pimentinhas vermelhas em todo estranho que se aproximasse. Ele dialoga com o macaquinho e passa informações sobre os Goitacá.”

A questão da mestiçagem trazida como um ideal para a valorização multicultural pelo livro “Menina Bonita do laço de fita”, o mais adotado segundo a pesquisa, representa ainda uma questão problemática para Rosa e Rosa (2017, p. 77-78) visto que:

Um dos pontos polêmicos do texto de Ana Maria Machado é a questão da miscigenação, representada pela mãe da menina, uma “mulata linda e risonha”,(p.15) e pelos filhos do coelho branco e da coelha preta. Ao lermos estes dois trechos da história, pode parecer que a visão positiva da mestiçagem esteja a favor da ideologia da identidade nacional, uma vez que “a ideologia da identidade nacional brasileira é marcada pela ideia de mistura, de miscigenação, representada como integradora e homogeneizadora da nação” (COSTA, 2009, p.97). No entanto, acreditamos que

ocorre o contrário: trazer uma imagem positiva significa reconhecer que é preciso abrir espaços para o resgate e para a valorização das culturas minoritárias como parte na formação da sociedade de ontem, de hoje e de amanhã.

Nas situações de resposta negativa, quando questionados sobre os empecilhos encontrados para que essa prática de literatura multicultural não aconteça, os entrevistados responderam:

“Coordenação não concorda, os profissionais acham irrelevante”.

“Nem todos os profissionais que atuam na educação tem conhecimento”.

“Na escola privada os livros são escolhidos pela coordenação pedagógica sem essa preocupação, na escola pública não temos verba para pedir livros paradidáticos”.

Expressões como “desinteresse”, “desvalorização” e “comodismo” também foram citadas como fatores que não promovem a adoção de obras centradas em narrativas pretas e indígenas nas escolas.

Considerando a questão “compromisso da escola com o desenvolvimento integral do aluno”, 90% (N=27) dos participantes concordam que a representatividade é um pilar importante na construção da identidade dos alunos quando afirmam “porque o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira nas escolas tem um efeito muito positivo e importante não só na autoimagem das crianças como também na identidade delas”. 10% (N=3) também concorda com o compromisso da escola, mas expressa que “depende da faixa etária”.

No que se refere a prática docente, considerando à abordagem das temáticas referentes às culturas indígena e afro-brasileira, 50% (N=15) dos participantes do presente estudo, assinalaram que a abordagem ocorre “a partir de datas comemorativas faz-se um trabalho de pintura facial, confecção de adornos e instrumentos musicais oriundos das culturas indígenas e afro-brasileira para trazer essa representatividade aos alunos”. 40%(N=12) afirmaram que esse trabalho é feito através de “contos, cantigas de roda e danças típicas dos povos afro-brasileiros e indígenas” e 30%(N=9) dos entrevistados, trabalham utilizando “projetos de estudo acerca da formação cultural do nosso país (danças, comidas, língua, festividades, etc.)” e 7% (N=2) dispõe de “recreações com uso de fantasias e símbolos característicos dos povos indígenas e afro-brasileiro sempre que possível para que as crianças respeitem diferentes manifestações culturais”. Diante dos resultados expressos, a fala do autor indígena Daniel Munduruku (2019, s/p), em entrevista à BBC News Brasil, indica sobre o “Dia do Índio”:

Quase sempre as comemorações desta data feitas nas escolas reproduzem o estereótipo. Mas, se nós continuamos tratando isso como ficção, vamos continuar

deseducando nossas crianças[...]. Houve um avanço muito grande na sociedade. Mas, sem dúvida nenhuma, hoje ainda se reproduz muito desse imaginário do "índio". E isso acontece por causa da escola. A escola é a última instituição a se atualizar.

Partindo do princípio de que a discussão sobre identidade preta e indígena compete à educação básica. Os profissionais da Educação Infantil relataram as seguintes estratégias para a discussão do processo de construção do povo brasileiro com as crianças de idade pré-escolar:

“Através de caracterização e pinturas em datas comemorativas”

“Não há exatamente uma discussão sobre o assunto. As atividades preparadas por nós professores que contemplam essas questões geralmente em datas comemorativas (19 de abril e 20 de novembro)”.

“Quando discutido, é de forma superficial em datas comemorativas (se depender da instituição)”.

Analisando os recortes das falas dos profissionais da Educação Infantil, percebe-se que as metodologias de trabalho pedagógico pela perspectiva de valorização das culturas indígenas e preta, circundam dias específicos do calendário e não um processo constante, como observado em outros estudos. Sobre essa questão Silva (2022, p. 30) afirma que:

[...] apesar de 14 anos da última alteração da lei, o foco na perspectiva em datas comemorativas, invisibilidade das discussões relacionadas ao racismo, valorização e superficialidade principalmente ao se tratar da desconstrução preconceituosa.

Dando prosseguimento a pesquisa, questionou aos participantes se já presenciaram no ambiente escolar alguma conduta de preconceito/racismo/discriminação, entre os próprios alunos (Figura 7). 63% (N=19) afirmaram que não presenciaram situações de preconceito entre os próprios alunos, enquanto 37% (N=11) disseram já ter presenciado.



Figura 7: Casos de preconceito/racismo/discriminação entre alunos
Fonte: Pesquisa de campo

Perguntados se quando presenciaram casos de preconceito/racismo/discriminação se adotaram alguma intervenção, as falas a seguir indicam algumas ações:

“Independente da faixa etária, chamo a atenção e conscientizo de que se trata de um crime, após o ocorrido informo coordenadores e diretores e posteriormente marco uma reunião com os pais”.

“Intervi na mesma hora explicando que não era certo apontar a diferença como um defeito”.

“Conversei com aluno, o comentário feito provavelmente foi reprodução do que se escuta em casa então nem valia a pena chamar um dos responsáveis”.

A partir dos recortes extraídos, é possível perceber um movimento de intervenção por parte dos profissionais de educação diante de atitudes e falas racistas, contribuindo para que o racismo não se perpetue, tendo em vista o pensamento de Lopes (2005, p. 188):

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações.

Diante da afirmativa: “Preconceito, discriminação e racismo são linguagens ainda adotadas socialmente”, os entrevistados expressaram pensamentos sobre as melhores estratégias, recursos e/ou metodologias que podem inibir e/ou enfrentar as desigualdades histórico-sociais.

“Na educação infantil o trabalho é desenvolvido de forma tranquila e espontânea. Onde os alunos aprendem a respeitar o próximo com respeito e admiração. Por serem pequenos as atividades são voltadas para eles de maneira espontânea e sem apontamentos”.

“No que se refere às relações sociais, teremos alunos menos preconceituosos a partir do diálogo constante e escuta atenta das palavras que as crianças proferem para melhor intervir. No que se refere ao conhecimento histórico, a melhor estratégia é aplicar a BNCC na prática e adotar um discurso que valorize essas culturas durante o ano inteiro”.

Outras respostas elucidaram ainda o “diálogo”, as “rodas de conversas” e “projetos” como mecanismos para que o respeito e o conhecimento acerca das tradições afro-brasileiras e indígenas sejam incorporados à formação dos alunos.

Finalizando a pesquisa, lançou-se uma problematização da realidade a partir da seguinte situação: “Na escola disseram que eu era da cor do achocolatado. Aí eu perguntei à minha mãe por que falaram isso e ela me disse que eu não era cor de achocolatado, a nossa raça é negra. Eu sou negro”. Questionando aos participantes: “O que você faria se fosse seu filho (a)?”

“Conversaria com meu filho de forma clara e verdadeira, sem rodeios e fantasia. Falar a verdade”.

“Eu diria que somos negros, não somos da cor do achocolatado! Temos que ter orgulho da nossa raça”.

“Iria ter uma conversa sobre como os traços dele são lindos, sobre reis e guerreiros que eram como ele, para que ele compreendesse que ele é negro e que isso é perfeito, que não há nada errado em ser, apenas beleza e poder”.

“Particularmente ficaria triste e provavelmente iria diretamente conversar sério com a mãe e a professora do aluno, mas explicaria para meu filho que a cada vez que o fizessem sentir inferior, deveria levantar a cabeça ainda mais, pois somente os fracos intimidam as pessoas. Meu filho já sairia de casa preparado para lidar com o preconceito pois infelizmente se eu não o preparar o pegarão desprevenido e eu prefiro que isso não aconteça”.

A partir da discussão entre as respostas obtidas pelos profissionais de Educação Infantil e o discurso dos autores somado ao marco legal, foi possível observar um movimento de tomada de consciência sobre a importância da representatividade multicultural por parte do público da pesquisa, embora as falas dos entrevistados expressem abstração quanto à aplicação das práticas e a efetivação de um currículo que promova a valorização das culturas afro-brasileira e indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permitiu compreender que a representatividade das culturas afrobrasileira e indígenas tem sua importância reconhecida pelo público de Educação Infantil que se considera comprometido com o discurso antirracista. Em contrapartida, a efetivação de um currículo respaldado nos princípios legais de abordagem multicultural e a aplicação de práticas de valorização dos povos nativos brasileiros e da cultura afrobrasileira faz-se distante na realidade educacional do município de Campos dos Goytacazes.

A partir das respostas obtidas, elucida-se que os entrevistados compreendem a importância dos livros infantis e das políticas públicas de ensino voltadas à temática central da pesquisa, uma vez que, a etapa da Educação Infantil caracteriza-se como um período de construção da identidade do sujeito, indicando *Menina Bonita do laço de fita* como principal obra para a construção de uma abordagem multicultural, o que elucida não somente uma popularidade, como também, certa estagnação na procura de livros atuais e contextualizados à realidade da cultura afrobrasileira, uma vez que, a obra contribui para a valorização das diferenças, mas não apresenta um discurso didático centrado em personalidades e contos que socializem a cultura do povo preto. Foi possível considerar, que as escolas não adotam uma literatura multicultural, apesar dos profissionais reconhecerem essa necessidade.

De acordo com a pesquisa, os profissionais transitam entre as linhas da representatividade e da apropriação cultural por alimentar práticas como pinturas faciais, uso

de fantasias e discurso estereotipado embora, façam um trabalho sob viés multicultural na escolha de danças e cantigas de roda utilizadas na sala de aula.

Os profissionais dialogam com os princípios de valorização e respeito à diversidade e não naturalizam as atitudes racistas e preconceituosas dos outros alunos evidenciando ainda a influência da família na construção de falas discriminatórias e pejorativas. Quando questionados acerca de uma situação-problema os colocando na posição de responsável de uma criança negra que foi associado à “cor do achocolatado” na escola, a tomada de consciência sobre as questões de preconceito se reforça além de destacarem a importância do empoderamento cultivado nos lares das crianças e o papel da escola como forma de intervenção ativa no caso.

Na esteira do pensamento exposto por esses profissionais de educação, a motivação, o interesse e a falta de conhecimento por parte das instituições de ensino foram apresentados como os principais obstáculos para que a socialização dos saberes multiculturais não chegue ao chão da sala de aula da Escola Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação., 2006 Secretaria de Educação Básica *Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, vl 02. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol2.pdf> Acesso em: 09 jun. 2022.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado em educação. Universidade de São Paulo, 2005.

FRANÇA, A. A. de; AVANCI, T. F. S. Aplicabilidade, eficácia e necessidades das leis e medidas governamentais no combate ao racismo. In: ANAIS XII Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP Campus Guarujá. 2015, São Paulo.

HAKIY, Thiago. Noite e dia na aldeia. 1. ed. Brasil: Positivo, 2014. 24 p. ISBN 13.

LOPES, V. N. Racismo, Preconceito e Discriminação. In: Superando o racismo na escola. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade, 2005.

MACHADO, A. M. A menina bonita do laço de fita. 1. ed. Brasil: Ática, 1986. 24 p.

MUNDURUKU, D. Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa'. Entrevista concedida a Amanda Rossi. BBC News Brasil, São Paulo, abril, 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do Negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

RIBEIRO, DJAMILA . Lugar de fala. São Paulo: Pólen, 2019^a

ROSA, F.S.; ROSA, B. Ju. Identidade e diferença em Menina Bonita de Laço de Fita. R. Letras, Curitiba, v. 19, n. 24, p. 72-83, mar. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>. Acesso em: 20 nov. 2022

SAMPAIO, C. E. PAES, S. *Indiozinho Cratscá*. 2. ed. atual. [S. l.]: Edição do autor (Impresso pela Gráfica Santo Antônio/ES), 2014. 48 p. ISBN 978-85-8173-094-3.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. K. R. da, 1998- 2022 História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas municipais de Uberlândia: a implementação das leis nº10639/2003 e nº11645/2008 na educação física escolar. 2022. 33f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Educação Física). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36165>. Acesso em: 25 out. 2022.